

# **Os “Rufinos” de Matão (PB): uma discussão sobre trabalho, migração e a condição quilombola**

**Vanessa Emanuelle Souza**

Universidade Federal de Campina Grande  
vanessaufcg@hotmail.com

**Mercia Rejane Rangel Batista**

Universidade Federal de Campina Grande  
mercia.batista1@gmail.com

## **Introdução**

Quando nos debruçamos no cenário que envolve os quilombos e a situação fundiária, deparamo-nos com questões complexas, tendo em vista que se trata de um direito que só recentemente foi instaurado, e que implica tentar aplicá-lo em situações distintas. Para refletir sobre os modos pelos quais uma comunidade rural negra constrói essa demanda por direitos, apropriamo-nos da situação específica de Matão (Gurinhém/PB) com o objetivo de compreender os desafios e estratégias encontradas para a manutenção dessas pessoas no território que é reconhecido e legitimado como pertencente à comunidade. Desse

modo, analisamos, na primeira seção, as relações de trabalho e migração, destacando a cidade do Rio de Janeiro como principal alternativa às condições de vida em uma terra diminuta. Enquanto a segunda seção apresenta um movimento mais novo, que remonta à década de 1990, que é representado pelo trabalho na construção civil na cidade de João Pessoa, capital do estado.

A Constituição Federal de 1988 representa um marco na história do Brasil ao reconhecer direitos à diversidade das manifestações étnicas e culturais dos distintos povos que compõem a nação. Ao assegurar aos chamados remanescentes dos antigos quilombos a posse da terra que ocupam, reconhece, mesmo que de forma limitada, a necessidade de pensar as populações negras que vivem e reproduzem seu modo de vida nos mais diversos lugares do país.

A luta pelo reconhecimento dos quilombos brasileiros não é nada simples e carrega todo o preconceito e a exclusão que pesam sobre os negros no país. Além da invisibilidade legal, da negação de sua existência e do apagamento de suas histórias, essas comunidades espalhadas pelo país resistiram e ainda resistem à pobreza e às mais distintas formas de opressão e exploração.

As estratégias encontradas por essas populações para manterem suas famílias, seus territórios e seus modos de vida são distintas e complexas. E é neste sentido que chegamos a Matão, uma pequena localidade, reconhecida como quilombo, na cidade de Gurinhém, região Agreste do estado da Paraíba, a 100 km da capital, João Pessoa. O lugar possui cerca de 150 habitantes que, ao longo dos anos, ocupam e trabalham em uma pequena extensão de terra reconhecida como pertencente à coletividade e que, durante mais de um século de ocupação – remete-se ao final do século XIX –, sempre esteve nas mãos da mesma família: os Rufinos.

A situação desse tipo de ocupação de terras no Brasil enfrenta imensos desafios. Um país construído com base na grande propriedade, cuja legislação quase sempre favoreceu apenas os mais abastados, e que, desde a Lei de Terras de 1850, invisibilizou cada vez mais a presença de ocupações e apropriações comuns das terras que ultrapassam os registros oficiais. Especialmente as apropriações de grupos de negros que, em sua grande parte, surgem como resistência e contestação ao regime dominante, e conseguem, ao longo dos anos, construir algum grau de autonomia e legitimidade na ocupação de seu território. Os quilombos brasileiros são bastante diversos, contudo, em sua maioria, possuem em comum a dificuldade de reconhecimento da posse de seu território e tudo o que implica, no mundo rural, o acesso precário à terra.

Ao nos debruçarmos sobre a história e as demandas dos moradores do chamado quilombo Matão, defrontamo-nos com uma situação complexa e rica empiricamente, pois, fato que não é estranho aos moradores da Paraíba, especialmente às comunidades rurais, o lugar é profundamente marcado pela migração com destino para a cidade do Rio de Janeiro. Esse processo representou, durante muitos anos, a saída de boa parte dos moradores, de tal forma que os chamados “ramos”<sup>1</sup> das famílias deixaram de existir exclusivamente no Matão, passando a prosperar também no Rio de Janeiro. Pensar uma família através dos seus “ramos” nos permite explorar a diversidade de pertencimento e hierarquias que compõem essa realidade complexa chamada de “família”. Apesar de afirmarem a descendência de um

---

1. Os moradores do Matão afirmam o pertencimento a uma mesma família. Contudo, com os casamentos, a família foi crescendo e os grupos de parentes mais próximos são denominados de “ramos” da família em uma analogia clara a uma árvore. A pesquisa realizada sinaliza para a partida de parte da parentela, especialmente grupos de irmãos, dando a entender que alguns ramos da família não existem mais no Matão, existem apenas no Rio de Janeiro.

mesmo ancestral, há, dentro da comunidade, a consciência prática de que o casamento, ao realizar-se a partir das uniões com famílias de fora, tornam as interpretações de famílias um assunto mais complexo.

A saída de pessoas de Matão em busca de trabalho em outras cidades e estados, mesmo representando momentos de dificuldades para as famílias, como a partida desses moradores, não rompe com a reprodução da localidade nem com a manutenção do pertencimento à terra, pois para parte dos moradores de Matão há uma parcela de sua família morando no Rio de Janeiro, que são ainda considerados parentes, entendidos como pertencentes a esse lugar. E, atualmente, ao demandarem o reconhecimento da terra do quilombo na localidade de Gurinhém, pudemos analisar que os moradores de Matão estendem o sentimento de pertença e um possível direito ao território aos que não mais moram na localidade, mesmo tendo migrado há muito tempo. Isso nos levou a procurar aprofundar esses nexos narrativos, tendo em vista que, ao nos falarem dos seus parentes que vivem no Rio de Janeiro, percebemos a necessidade de incorporar na análise a dimensão da migração e das alternativas de reprodução da comunidade e sobrevivência na constituição atual do lugar, e é a partir desses eixos que construímos nossas reflexões.

De acordo com a pesquisa realizada, que se iniciou em 2008 e se estendeu até 2013, permeada por visitas e estadias no local, em momentos distintos, como festas juninas, comemoração do dia da Consciência Negra, férias escolares, que possibilitaram inúmeras horas de convivência e conversa com os moradores de Matão, foi-nos permitido compartilhar as histórias reproduzidas e recontadas pelos moradores mais antigos para os mais novos. Os moradores mais velhos afirmam que o lugar que hoje é chamado de Quilombo do Matão surgiu através da chegada de três irmãos. No final do século XIX, um homem cha-

mado Manoel Rufino e seus dois irmãos, Antônio e Edwiges, fixam-se nesse lugar, que atualmente pertence à cidade de Mogeiro, região Agreste do estado da Paraíba<sup>2</sup>, e lá se estabelecem. Nesse pedaço de terra, Manoel Rufino tratou de construir moradia para sua família. Nas narrativas ouvidas e que se instauraram a partir da pesquisa que deu suporte à construção do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) do território de Matão, peça-chave para a garantia do direito ao território, vai se indicando que Manoel Rufino, personagem guardado e retomado na memória do lugar, torna-se detentor desta terra, não através de processos formais, que passam por registro desse direito nos fóruns competentes, embora possua a aceitação na região, mas, justamente, por meio dessa memória, que legitima o pleito de um território quilombola para os que se dizem herdeiros de Manoel Rufino. Atualmente, parte das terras pertencentes a Manoel Rufino é reconhecida como o território do quilombo do Matão, que conta com aproximadamente 30 famílias que se pensam e se falam como seus descendentes.

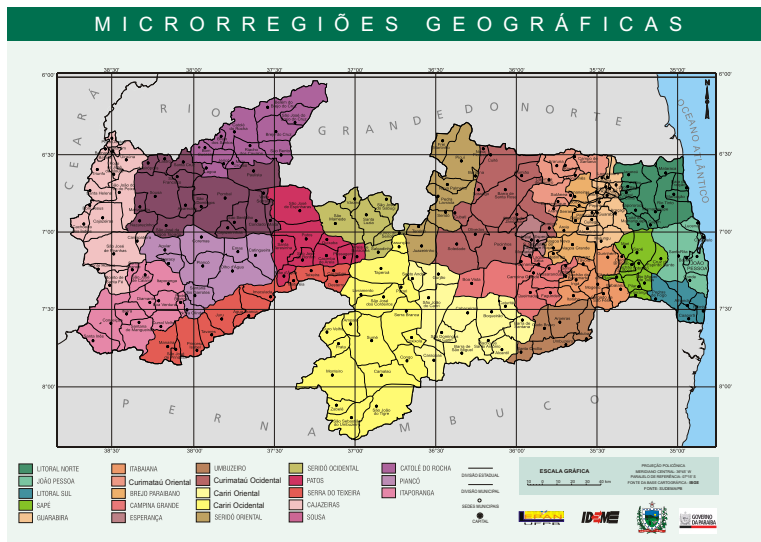
A memória se apresenta enquanto o exercício de guardar, mas também – e igualmente importante – esquecer. Michael Pollak (1992), sobre a construção da memória, afirma que

Quando falo em construção, em nível individual, quero dizer que os modos de construção podem tanto ser conscientes como inconscientes. O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização. (POLLAK, 1992, p. 204).

O fato de que a memória é construída, passando por um trabalho de organização que pode ser consciente ou não, chama a atenção para outro ponto destacado por Pollak: a memória é seletiva. Nem tudo

---

2. Mogeiro está localizada a cerca de 100 km da capital do estado, João Pessoa.



13

Mapa 1. Mapa das Microrregiões do Estado da Paraíba

Fonte: ideme.pb.gov.br

que é vivido é guardado. A figura de Manoel Rufino se apresenta nesta memória como central, pois oferece a ligação e a legitimidade da terra que ocupam, a terra que permite que sobrevivam com algum grau de autonomia sem necessariamente ter que estar sob o domínio total dos fazendeiros.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que assegura a posse da terra que ocupam e, posteriormente, com o Decreto Presidencial 4.887, de 2003, que regulamenta a identificação, reconhecimento, delimitação demarcação e titulação das terras quilombolas, as pesquisas sobre os quilombos brasileiros vêm sendo desenvolvidas e apresentando uma diversidade de situações que podem ser reconhecidas pelo dispositivo legal<sup>3</sup>.

Tendo em vista essa diversidade de situações, os pesquisadores da

3. Almeida (2008); O’Dwyer (2002, 2008).



Mapa 2. Mapa dos Quilombos da Paraíba

Fonte: quilombosdaparaiba.blogspot.com.br

Antropologia, da História e de domínios próximos têm nos mostrado em diversos trabalhos que é fundamental refletir sobre as distintas realidades pesquisadas. Como um marco conceitual, podemos destacar Eliane Cantarino O’Dwyer (2008), que ressalta a importância de, ao analisar os grupos que demandam e os que já obtiveram o reconhecimento, fugir de romantizações e representações cristalizadas que cercam o senso comum sobre esta categoria, tais como as ideias que remetem aos quilombos históricos, formado num contexto de lutas e rebeliões contra o sistema escravista ou grupos isolados em lugares distantes. Os quilombos históricos representam apenas uma parte dos grupos que se enquadram no reconhecimento da categoria “remanescente de quilombo” contemplada no texto constitucional. A autora atenta para a importância de pensar a identidade dos quilombos a par-

tir das experiências de vida, das trajetórias e continuidade do grupo. Segundo ela, os quilombos atualmente

Consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio. (O'DWYER, 2008, p. 10).

A situação das comunidades remanescentes de quilombos no cenário paraibano esbarra nas dificuldades de reconhecimento de direitos às minorias que, de certa forma, se estendem por todo o país. Para minimizar essa demora na garantia dos direitos aos quilombolas, através da pressão dos movimentos sociais, junto ao órgão ao qual competia o processo de reconhecimento e identificação do território quilombola, o INCRA, foi firmado, no ano de 2008, um contrato com a Fundação Parque Tecnológico (ParqTecPB), que estabeleceu com a Universidade Federal de Campina Grande a formação da equipe com especialistas em Antropologia, visando a realização do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) das comunidades Grilo (Riachão do Bacamarte), Pedra D'Água (Ingá) e Matão (Mogeiro). Na pesquisa para a construção do RTID, inicia-se a nossa relação de pesquisa com a comunidade do Matão.

Nosso objetivo é, a partir de algumas situações, apresentar como essa comunidade tem desenvolvido estratégias que permitam a reprodução dos mesmos e como, neste contexto, a migração já foi encarada durante anos como alternativa de trabalho e vida, que se tornou essencial para a sobrevivência do grupo e para a permanência da descendência e da família na localidade. Souza (2013) explorou as migrações e as relações de trabalho que se desenvolveram ao longo dos anos em Matão, merecendo destaque a relação da migração com a identidade e as reivindicações de direitos quilombolas. Esse momento permitiu



a reflexão acerca da condição quilombola e a migração como importantes pontos de organização de Matão, oferecendo também questões para posteriormente nos debruçarmos sobre as relações de trabalho e a sua relevância na manutenção do território.

Para a construção dessas análises, foi essencial a participação no projeto Casadinho<sup>4</sup>, uma parceria firmada entre UFCG e Unicamp, que nos deu o suporte financeiro para a realização do trabalho de campo, e também é nesse contexto que se ressalta o foco na migração. Desse trabalho resultou a dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Desta forma, vamos propor, para este momento, pensar as questões das estratégias encontradas de reprodução do lugar, permeado por deslocamentos e relacionamentos com as cidades próximas e distantes, de tal forma que a história de Matão se conta, em certo sentido, pelas relações históricas de migrações, trabalho, exploração e separação, protagonizadas por homens e mulheres que lutam pela sobrevivência nesta terra que lhes pertence e que, de muitas formas, lhes define.

## **Alternativas para a sobrevivência: memória e migração**

Nos primeiros contatos, precisamos encontrar alternativas de conversas que não passassem pela construção do relatório da terra quilombola. Falar sobre quilombo, neste momento, implicava falar sobre terra e os limites desta – tarefa que despertava desconfortos. Conver-

---

4. Esse projeto consistiu em um intercâmbio realizado entre o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande e o Programa de Doutorado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas, no período de 2008 a 2011, sob o título “Políticas Públicas, reconversões produtivas e recomposições identitárias no Nordeste brasileiro: um olhar a partir do mundo rural e de suas conexões com o urbano”, financiado com recursos do CNPq.

samos com pessoas pobres, negras, com acesso precário à terra e que, durante a maior parte de suas vidas, dependeram dos vizinhos para continuar com o trabalho agrícola. De tal forma, a demanda por terra pode gerar medos e tensões, especialmente com os proprietários das terras vizinhas.

Mércia Batista (2011) reflete sobre a situação de pesquisa realizada na comunidade do Grilo, município de Riachão do Bacamarte, Paraíba, para a construção do RTID, e demonstra as dificuldades nesse percurso. Em alguns momentos, a situação desta pesquisa se assemelha bastante à do Grilo, pois, como ressalta, não havia uma demanda específica por terra para os moradores do Grilo; as políticas públicas a que tiveram acesso após a certificação eram suficientes e estavam satisfeitos com elas. O cuidado dos pesquisadores permitiu a compreensão desses enunciados e a percepção de que situações de ameaças e tensões que envolvem as demandas por terra eram elementos importantes na construção desses discursos. Retrata as condições adversas para a realização do RTID, tendo em vista que a demanda do INCRA era clara e possuía um prazo definido, o que se mostra um desafio, pois é preciso conciliar as demandas do grupo, questões e conflitos internos, diante de um cronograma imposto para a entrega do relatório.

É importante perceber que a situação do Grilo se repete também em Matão, pois, ao demandar uma demarcação territorial, há o desconforto dentro da comunidade, especialmente entre os que não concordam ou não estão conscientes de todo o processo, além da situação com a vizinhança que, devido às relações históricas de propriedade e trabalho e dominação construídas, passam a intimidar e questionar os quilombolas.

Contudo, esse foi apenas o contato inicial com o lugar. Posteri-

ormente, na pesquisa para desenvolver a dissertação de mestrado em ciências sociais (SOUZA, 2013), procuramos abordar temas que causassem menos tensão para os moradores e possibilitassem mais liberdade para nossas conversas em campo. Falar sobre o trabalho sempre mobilizava as pessoas, e o trabalho é um elemento relevante na vida que permeia as relações familiares, de vizinhança, etc. Contam os mais velhos que a agricultura sempre foi o principal meio de subsistência de Matão e que sempre enfrentaram grandes desafios para a manutenção de sua vida neste lugar. Um deles representado pela garantia de terras para o plantio. Desde sua chegada, sempre se utilizaram das terras vizinhas nos sistemas de parceria e meação<sup>5</sup> para que pudessem produzir.

A chegada de Manoel Rufino (homem negro e livre<sup>6</sup>) é reconhecida por todos, no momento atual, como o momento de fundação de Matão. A forma de falar e contar sobre a “origem”, sobre os primeiros tempos na terra, é elemento importante da análise de Ellen Woortmann (1995). Na história da ocupação do Sítio de Lagoa da Mata no estado de Sergipe, o fundador Manoel Barreto chega a um lugar de “natureza”, de mata e, a partir do trabalho, torna essa terra sua. Transforma esse lugar em um lugar de moradia e, através de seu trabalho, cria um mundo para ele e para os seus familiares. As semelhanças na história permitem perceber a centralidade do trabalho na criação do “mundo” e a necessidade de ressaltar que o fundador do lugar transformou e ocupou este lugar que passa a ser a terra dele e de sua família.

O destaque que Manoel Rufino possui na construção da memória do grupo aponta para o que Pollak (1989) afirma como o trabalho de enquadramento da memória, utiliza do passado como fonte, mas

---

5. São sistemas nos quais trabalham na terra de um fazendeiro sem pagar o “aluguel” da terra em dinheiro, mas com a produção depois da colheita.

6. Nos discursos, os moradores sempre destacam que ele não era escravo.

sempre de forma reinterpretada, constantemente em função dos momentos presente e futuro. Os trabalhos de lembrar e esquecer também possuem relevância para destacar quais pontos serão centrais na narrativa e quais o que não aparecem cotidianamente. Mesmo a subordinação a qual foram submetidos quase sempre, em alguns momentos é ocultada, para que se mantenham as relações mais amenas com a vizinhança.

A capacidade de se garantir a reprodução mantendo valores, conforme o trecho transcrito a seguir, e que vai ser o eixo discursivo em torno do qual a maioria dos moradores constroem as narrativas sobre o seu lugar. É o caso de João<sup>7</sup>, cujos pais e avós nasceram em Matão, e que viveu com seus irmãos durante muitos anos sob duras condições de trabalho em terras vizinhas. Sobre essa situação, ele afirma

E aquilo ali, quando a gente tava trabalhando, num só era a gente só, a gente trabalhava assim, vamo dizer, tinha aquele oito de home, trabaidor trabalhando, as vez tinha dez, doze home trabalhando, ou vinte. E ele tava na frente com um guarda-chuva, debaixo do guarda-chuva, aquilo ali, se tivesse chovendo, a gente não parava não, só se fosse uma chuva muito... que num desse, mas se fosse uma chuvinha assim, mas uma chuva que dava pra molhar, ele debaixo do guarda-chuva dele e na frente da gente assim no caso que nem um fiscal, né? E aquilo ali a gente ia chegando pra perto dele e ele ia fastando mais pra trás, o dia todim. (João, 70 anos).

As condições de exploração e a remuneração escassa estão sempre presentes nas falas de João. Trabalhar com horário determinado, sem respeito ao clima ou até mesmo à condição do trabalhador, sob vigilância constante, representa a exploração e a necessidade de manter a

---

7. João foi um dos interlocutores mais importantes de nossa pesquisa. Foi nosso anfitrião e nos acompanhou em diversos momentos ao longo das nossas estadias em Matão. Todas as entrevistas são sinalizadas com pseudônimos para respeitar a privacidade das pessoas.

família diante de situações tão adversas. Mas João apresenta, o que discutiremos com mais vagar ao longo deste item, a alternativa encontrada por ele e por seus irmãos para manterem a família e os valores, garantindo também o pertencimento da terra:

Aí depois foi, a coisa foi melhorando, foi melhorando. Aqui, quando eu fui para o Ri, no ano que eu fui para o Ri, eu fui trabalhar somente pra ver se eu comprava um boi. Porque, naquele tempo, quem tinha um boi de cultivador, pra campinar terra era, bem dizer, era rico, né? Era. Quem tinha um cavalo, como tava dizendo assim a você, quem tinha um cavalo pra botar a cangaia e ir pra feira, aí era podia dizer que era rico, porque tinha um cavalo pra andar, tinha um boi de cultivador, né? (João, 70 anos).

A história de João apresenta o esforço de sair e, nesse projeto de vida, considerar a estratégia familiar de reprodução numa terra que lhes pertence. Desde a história dos fundadores, a dimensão da manutenção e reprodução da vida é encarada com relevância. A figura de Manoel Rufino, fundador, é mencionada sempre trabalhando, criando gado, plantando algodão, negociando, tornando-se personagem central na história de Matão. Foi através da permanência deste homem e seu trabalho nesta terra que hoje seus descendentes reivindicam o sentimento de pertença a uma família e a um lugar e, conseqüentemente, a identidade de quilombolas e a garantia de sua terra.

As relações de Matão com a maior parte de seus vizinhos são mediadas por um fator determinante: o trabalho. O que expressa claramente a questão investigada por Fredrick Barth, em *Os grupos étnicos e suas fronteiras* (1998), ao nos apresentar situações nas quais os grupos sociais expressam, em situações de interação, uma crença numa origem comum. A relação de Matão e seus vizinhos apresenta esse caráter de contrastividade.

A necessidade de trabalhar em terras vizinhas sempre foi recor-

rente, seja pelas terras escassas da comunidade ou porque tinham poucas condições de comprar materiais necessários para a prática agrícola. O trabalho na terra é importante economicamente e socialmente na construção de seu modo de vida. Contudo, a dificuldade de acesso à terra indica necessidade de renda monetária que o trabalho na terra da comunidade não parece capaz de garantir. As análises de Klaas Woortmann (1990) chamam a atenção para as categorias nucleantes e praticamente inseparáveis entre si no mundo camponês: **terra, trabalho e família**. Sendo que honra e reciprocidade perpassam essas categorias que constituem um ordenamento moral do mundo, portanto, elas não podem ser pensadas em si mesmas, uma vez que, segundo ele, o trabalho se dá na família; a troca, a reciprocidade, se dá entre “pais de família”; e as relações com a terra, que necessariamente exigem o trabalho, são mediadas por relações familiares. Klaas Woortmann demonstra que

O trabalho é, ainda, aquilo que transforma a terra de Deus em patrimônio da família. Família, trabalho e terra, nessa ordem social, constituem um ordenamento moral do mundo onde a terra, mais que coisa, é patrimônio, isto é, pessoa moral. De um lado, a relação do homem com a terra é uma relação de troca recíproca, onde o trabalho fecunda a terra [...] que se torna morada da vida. [...] de outro lado, a relação com a terra-patrimônio é uma relação de honra e de hierarquia. Sendo a terra “aquilo que passa do pai para o filho” [...], e não pertencendo nem ao pai, nem ao filho, mas ao todo expresso pela família. (WOORTMANN, 1990, p. 52).

O trabalho é condição de liberdade, de afirmação e posicionamento das pessoas no mundo social. Mas não qualquer trabalho. O trabalho na terra confere a dignidade necessária à construção da família e da autonomia dessa família. A monetarização, o trabalho alugado, que implica um contrato, impede a plena realização.

Vê-se, então, que o significado da terra é o significado do trabalho e o trabalho é o significado da família, como o é, igualmente, a terra enquanto patrimônio. Mais que objeto de trabalho, a terra é o espaço da família. (WOORTMANN, 1990, p. 33).

Apesar de o trabalho na agricultura, na atualidade, não ser mais a principal fonte de sobrevivência para a comunidade, o fato de se manter morando nessa terra e com ela construindo um laço narrativo em torno do qual cada um se diz posicionado no mundo o faz definidor. Permite a percepção de que esse tipo de trabalho ainda desempenha importante papel na construção da visão de mundo das pessoas e é elemento de sociabilidade, de trocas entre vizinhos, da educação que os pais oferecem aos filhos, enfim, da construção desse universo social.

A partir de meados do século XX, a agricultura foi perdendo espaço e a pecuária tornou-se uma atividade mais rentável. Os mais prejudicados foram os que trabalhavam nas terras dos grandes proprietários, pois a terra para trabalho foi ficando cada vez mais escassa e os donos de terra ainda exploravam seu trabalho para prepará-la para pecuária. Ao término da colheita, eles devolviam a terra pronta para a criação do gado. Como analisa Teresa Sales (1982), o Agreste, que nas áreas mais úmidas era tomado pela cultura canavieira, nas áreas mais secas foi historicamente ocupado pela agricultura de gêneros alimentícios, contudo, nessa época, vai se tornando o lugar da pecuária.

De acordo com Lira (1983), em pesquisa realizada em municípios da região Agreste da Paraíba, região na qual os quilombos estudados no âmbito do RTID se encontram, o início da década de 1970 foi um divisor, pois houve um significativo aumento das pastagens artificiais, o que significa uma redução drástica das terras disponibilizadas para os pequenos agricultores plantarem. Segundo a memória narrada para nós, experimentou-se esse fenômeno. As terras das propriedades vizinhas que eram tradicionalmente disponibilizadas para arrendamento

ou aluguel passaram a ser gradativamente utilizadas na atividade pecuária. Os trabalhadores arrendavam a terra e tinham que devolvê-la limpa e pronta para que o proprietário soltasse o gado. Nesse momento, os trabalhadores perdiam todas as parcerias e contratos realizados tradicionalmente, rompiam-se as relações de subordinação e de parceria para o cultivo. Todas as terras que faziam parte de sua história de trabalho e sobrevivência foram retiradas desse contexto e a atividade agrícola ficou cada vez mais difícil.

Teresa Sales (1982) e Lygia Sigaud (2004) elaboram análises que nos permitem pensar os impactos das leis trabalhistas sobre as relações de trabalho tradicionalmente construídas entre trabalhadores rurais no Nordeste Brasileiro. Em 1963, há a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, que oferecia garantias e direitos trabalhistas aos trabalhadores do campo, os quais, antes deste ano, não tinham amparo na legislação. Esse estatuto acabou por ser um elemento de agravamento das condições de vida desses pequenos agricultores que trabalhavam em terras vizinhas e dos “moradores”<sup>8</sup>, pois gerou nos proprietários de terras receio de ações judiciais e perda de terras em favor dos trabalhadores, por conta da usucapião. Representou, assim, a expulsão dos moradores e o maior rigor no ceder terras para o plantio ou moradia. (SALES, 1982; SIGAUD, 2004).

Diante disso, podemos perceber os desafios enfrentados pelos moradores de Matão para garantir a sua sobrevivência ao longo de sua permanência nesse lugar. Segundo os relatos, uma alternativa encontrada para esses processos que dificultaram ainda mais o acesso às terras foi o movimento de migração para a região canavieira do Es-

---

8. Os moradores são trabalhadores que, não possuindo terra, estabelecem um “contrato” verbal com o dono de uma terra no qual este lhes cede uma casa em sua propriedade, ou o chão para construir uma casa, e terra para o plantio e o trabalhador devolve com dias trabalhados para esse “patrão”.



tado de Pernambuco, especialmente o município de Goiana, e para o Sudeste do Brasil.

O trabalho na cana-de-açúcar se constitui enquanto uma atividade cíclica. O contingente de mão de obra é variável de acordo com o ciclo agrícola. É na época da colheita, um período de quatro a cinco meses por ano, que é necessária uma grande quantidade de trabalhadores e nesse momento intensifica-se a exploração. Na memória, percebe-se que a cana-de-açúcar entrava e saía da vida dos moradores de Matão, conforme a necessidade de mão de obra nas usinas. É preciso destacar que migrar para perto é diferente de migrar para longe, e poder voltar para casa no final de semana constrói uma relação diferente daquela na qual se vai para outro estado pela época do corte de cana-de-açúcar, ou ainda daqueles que vão para outro estado e lá ficam. Como afirma a moradora:

Teve uma época que, um bocado de rapaz solteiro, *eles via* que o roçado *num tava* dando nada, no tempo que bateu o bicudo, que tinha a lagarta, que ia relaxando tudo esse negócio de algodão, aí eles se debandaram tudo na palha da cana de fazer medo. (Mariana<sup>9</sup>, 46 anos).

Como se pode perceber, “a palha da cana” é trabalho penoso, desgastante, encarado como ruim e desumano, demonstrando, na leitura dos moradores do Matão, que a pessoa não tem outra opção. A imagem que essa mesma mulher nos oferece dos homens saindo para ir trabalhar em Pernambuco é ilustrativa de quão desumana é encarada a “palha da cana”:

Você num vê, às vezes, na pista, passando assim aqueles povo com saco *nas costa*? Era assim que esses homens saíam daqui, pareciam

---

9. Os nomes são fictícios. Tendo em vista que, à época das entrevistas, o grupo passava por um processo judicial de demarcação de suas terras, optamos por não revelar os nomes dos entrevistados.

*inté uns mendigo, saco nas costas, chapéu de palha na cabeça. Ave-Maria, meu Deus, isso saía na segunda e voltava na sexta e às vezes esses que tinha condição, e os que não tinha, saía na segunda e só voltava com quinze dias. Com quinze dia é que essas mulher e esses filho ia vê pai e que trazia alguma coisa pra eles comer. (Mariana, 46 anos).*

Encarar a partida como um esforço coletivo de manutenção do grupo é necessário para a compreensão das estratégias de migração que os moradores de Matão adotam ao longo da vida. A importância de ser alguém que luta pela sua família e pela sobrevivência sem deixar de lado os valores importantes à formação deste território, da família, são claros na fala de João:

*Aí eu fui para o Ri(o de Janeiro) somente pra trabalhar, pra comprar um garrote. Como de fato eu fui e, quando eu cheguei, eu comprei. Quando eu cheguei, eu comprei um garrote, um boi pra trabalhar. Deu sorte que a gente botemo um roçado, esse ano a gente lucremo até bem, aí meu pai comprou outro pra ele. Depois que a gente botemo o roçado e lucremo até bem, meu pai pagou as conta que devia, dividiu pra gente que trabalhava. Nesse tempo, quem trabalhava era eu e Elia, os meninos tava no Rio, era eu e Elias, era os mais véi, Tancredo. Aí a cada um ele deu um dinheirinho e foi ficou com o resto, o que sobreou pra ele deu pra ele comprar um garrote, aí tinha já um que era meu, fez dois. Comprou um garrote, esse garrote deu bom que deu (a)me(n)doim. (João, 70 anos).*

Eunice Durhan (1973) analisa a migração como uma resposta a fatores estruturais, especialmente os problemas econômicos. Contudo, tendo em vista que nas comunidades rurais há um protagonismo familiar nas relações, essas respostas são elaboradas enquanto estratégias familiares. A autora percebe a importância do que chama de “grupo primário” do migrante: os deslocamentos se dão de tal forma, que as raízes destes permanecem com a possibilidade de retorno caso a migração fracasse, mas também com a construção de laços que dão

ao migrante segurança no local de destino. O grupo primário é fundamental na decisão da escolha de lugar para a migração, pois esta escolha leva em consideração a tradição do grupo.

Para Neide Esterci (1985), é necessário ter em mente o papel do lugar de origem do migrante, preexistente à migração, e que, dependendo da organização interna deste grupo, as estratégias adotadas serão distintas, como o ato de migrar ou não. Aponta também para a importância de suas relações sociais na estratégia de migração e na constituição do projeto do migrante, ou seja, mesmo quando parte sozinho, o indivíduo considera as necessidades de seu grupo doméstico.

Afrânio Raul Garcia Jr. (1989), em pesquisa realizada nos engenhos do município de Areia, região Agreste do estado da Paraíba, analisa cuidadosamente as relações de trabalho que são construídas baseadas no que ele percebe como a dominação tradicional. Todo o sistema econômico da região se baseia na exploração dos trabalhadores fundada na submissão ao senhor do engenho, dono da propriedade e senhor da vida e do tempo de seus trabalhadores. Esse sistema passa por crises, reflexos da desvalorização dos produtos da cana de açúcar e da dificuldade de modernização dos engenhos, mas seu declínio se consolida com a construção do projeto migratório como uma alternativa para escapar das duras condições de vida dos trabalhadores na região.

A crise, encarada como particularmente grave, é a provocada pela drenagem da força de trabalho submetida, que escapa da sujeição local em busca dos empregos oferecidos pelo mercado de trabalho do Sul. (GARCIA JR., 1989, p. 88).

Migrar, em Garcia Jr., representa uma oportunidade de não mais se submeter, contudo a decisão do migrante não é individual, leva em consideração as necessidades da família e a oportunidade de, ao mi-

grar, conseguir capital para a compra de uma terra que trará autonomia à família.

Marilda Menezes (2002) realiza uma análise voltada ao fluxo migratório que persiste desde o início do século XX: a migração sazonal de trabalhadores da região Agreste da Paraíba para a *plantation* canavieira no estado de Pernambuco. Em sua análise, busca observar as relações sociais do migrante, valorizando as redes construídas e mantidas por eles ao longo de suas vidas e das viagens que realizam. Para Menezes, a migração representa uma alternativa viável para a manutenção de um modo de vida camponês e é essencial para a sobrevivência do grupo de origem migrante. As relações com o grupo de origem se fazem presentes através das notícias, das cartas, dos contatos, mas também através das redes no local de destino da migração. Ela demonstra como, nos alojamentos e nas cidades canavieiras, a presença dos parentes e conhecidos serve de ajuda e proteção ao migrante e orienta as relações de sociabilidade.

Maria Aparecida de Moraes Silva (2005) traz os migrantes a partir de suas falas, de suas histórias de vida, suas trajetórias, sem perder de vista os fatores macroestruturais. Para tanto, observa o migrante na sua dupla condição: de um lado, o migrante é um trabalhador vivendo em meio a relações sociais que, na maioria das vezes, são relações de violência e exploração; do outro lado do migrante, tem-se um sujeito de um local, imerso em laços sociais que o definem enquanto pertencente a este local, este espaço social e cultural. Silva percebe que a migração é constituída não apenas pelo migrante, mas também – e igualmente – pelos que não migram:

Os que partem fazem parte do conjunto dos que ficam. Partir e ficar são faces de uma mesma realidade social, que, embora dividida no espaço, acha-se unida no tempo. Tempo de partir para uns é, simul-

taneamente, tempo de ficar para outros. (SILVA, 2005, p. 54).

Esses autores nos ajudam a perceber que a figura do migrante deve ser observada de vários ângulos. As relações do grupo que antecedem a migração são essenciais para pensar quem precisa partir e quem precisa ficar. Sair do local de origem não significa necessariamente romper as relações com ele. Na verdade, o local de destino representa, de muitas formas, uma extensão do lugar de origem, seja através das redes de parentesco ou através dos fluxos de notícias mercadorias e dinheiro que são alimentados constantemente.

Para melhor entender a situação dos habitantes de Matão, devemos perceber que os movimentos migratórios da Paraíba para a região Sudeste se remetem às primeiras décadas do século XX e intensificam-se nas décadas de 1950, 1970 e 1980<sup>10</sup>. A industrialização e o desenvolvimento da região Sudeste atraíram um grande número de nordestinos que buscavam no “sul” encontrar melhores condições do que as vividas em suas terras. Podemos dizer que o espaço nordestino vai se firmando como fornecedor de mão de obra, de modo que, especialmente na região estudada, é possível afirmar que

as viagens dos trabalhadores eram financiadas por industriais do Sul, que lhes asseguravam emprego ao chegar e que haviam instaurado um verdadeiro sistema de recrutamento – iniciado em Areia e municípios vizinhos desde os anos 50 – pagando recrutadores de mão-de-obra escolhidos entre os pequenos proprietários que haviam migrado anteriormente, para que fizessem transportar os efetivos necessários. (GARCIA JR., 1989. p. 75).

De acordo com as memórias locais, o trabalho na cana-de-açúcar era considerado muito árduo, sujo, degradante e perigoso. Já a saída para o Rio de Janeiro representava a oportunidade de ganhar dinheiro,

---

10. MENEZES, 2002.

melhorar a aparência, ter acesso a bens de consumo. Desse modo, há relatos de homens que saíam em busca de salário, de juntar algum dinheiro e depois voltavam com o resultado de seu trabalho, sendo que, para alguns, o Rio de Janeiro se constituía enquanto uma alternativa temporária de sobrevivência, havendo ainda os que foram e lá se estabeleceram<sup>11</sup>.

Do ponto de vista dos que partem e dos que ficam, a viagem do migrante é construída pelos e com os sentimentos que são acionados quando instados a falar sobre a mesma. A partida é sempre encarada como um momento de sofrimento e de perda. Nesse contexto, uma pessoa, ao sair, reconhece que aquele lugar não lhe permitiu sobreviver de modo digno, e, ao buscar uma alternativa, um trabalho, em outro lugar, se está contabilizando as perdas afetivas e, conseqüentemente, o direito de se reproduzir e o seu modelo de vida. Assim, esse senhor descreve os motivos da partida:

É, o motivo assim da pessoa deixá o lugar é atrás de uma vida melhor, né? Porque aqui, que aqui falta emprego, é... mesmo se quisé trabalhá na agricultura, falta terra p'ra trabalhá, falta recurso. Tem a terra, mas falta recurso, num é? Aí muitos toma destino, vamo p'routro canto, tentá vê se tem as coisa, se aprende uma profissão, p'ra melhorá a situação, melhorá a vida. (Sebastião, 50 anos).

Na realidade, sair da comunidade para trabalhar produz implicações na mudança dos padrões de relacionamento e de subordinação, o reconhecimento de que a terra, apesar de muito importante, não lhes permite a sobrevivência, as mudanças nas relações com os donos das terras vizinhas que agravam as condições dos trabalhadores que já

---

11. Atualmente, a migração para o Rio de Janeiro tem diminuído consideravelmente. Desde 2008, quando começamos essa pesquisa, registramos apenas o caso de um dos jovens que nos acompanhava desde as nossas primeiras estadias em Matão que foi para o Rio de Janeiro e lá se estabeleceu.

possuíam um acesso precário à terra, os pactos tradicionais de parceria não funcionavam mais. Sair de Matão representa a busca de uma vida melhor para aquele que migra, mas também para quem permanece no grupo, já que são muitos os relatos das remessas de dinheiro, da compra de gado e de materiais para incrementar a atividade agrícola e a casa, demonstrando que mantêm o pacto moral de zelar pela família.

Há alguns momentos de intensa migração, principalmente a segunda metade do século passado. Esses anos representam uma transformação na condição de membro de Matão, ou seja, constroem-se relações diferentes entre nascimento, trajetória e a relação com o território. João Pacheco de Oliveira (1998) propõe, para o entendimento das demandas das populações etnicamente diferenciadas, o conceito de territorialização:

um processo de reorganização social que implica: 1) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; 2) a constituição de mecanismos políticos especializados; 3) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; 4) a reelaboração da cultura e da relação com o passado. (OLIVEIRA, 1998, p. 55).

Essa análise ressalta a relevância da compreensão do movimento da autoatribuição para a identificação do grupo com a categoria englobante (indígena, quilombola), que é o caso dos povos estudados. É a territorialização a dimensão estratégica para pensar as populações etnicamente diferenciadas dentro do Estado-nação. Desta forma, para os moradores de Matão, o seu território representa uma forma de encarar o mundo, permeado por relações políticas, no âmbito da comunidade, e a relação com agentes dos movimentos sociais, como também a ação do Estado, mas representa, principalmente, sua história e vida nesse lugar.

Almeida (2008) analisa que o processo de territorialização permite perceber como os territórios foram sendo construídos politicamente através de mobilização e da reivindicação de direitos perante o Estado, merecendo destaque nessa análise a questão política, uma vez que a comunidade passa de uma unidade afetiva para uma unidade política de mobilização, sem perder de vista que, neste processo, muitas coisas se definem, inclusive o significado do que é “tradicional”. A territorialidade, fruto de lutas e mobilizações, consiste numa forma de interlocução com os antagonistas e com o Estado.

A quantidade de pessoas que vivem “fora” de Matão, na cidade do Rio de Janeiro é citada por quase todos os moradores em suas conversas, mais do que o número, o que chama a atenção é o fato deles se perceberem e, na narrativa, enunciarem que estão espalhados:

Eu acho que a população aqui da comunidade no Rio [de Janeiro] de gente conhecido tem quase o mesmo tanto. Eu mesmo tenho tio, tenho tia que eu não cheguei a conhecer, eles foram... eu tenho prima que eu num conheço, desejo conhecer um dia, mas... Foram meus tio, tão lá desde antes de eu nascer. (Samuel, 36 anos).

Com os movimentos migratórios, forma-se um cenário bastante complexo: de um lado, a saída de alguns permitiu que os outros tivessem seu acesso à terra garantido; por outro, os que ficaram tiveram condições de construir suas casas e continuar morando em Matão, o que lembra que a migração pode ser encarada como uma maneira de garantir a reprodução social do grupo (MENEZES, 2002). Essa terra lhes pertence desde a chegada de Manoel Rufino, é a terra de morada, mas não possui espaço suficiente para se configurar em terra de trabalho para todos. A terra de trabalho é constituída através da consideração (das boas relações com os proprietários vizinhos) e do dinheiro para arrendamento nas fazendas vizinhas. A migração libera terras



e pode aportar recursos, funcionando como uma renda monetária importante para a manutenção dos parentes com alguma autonomia. Por outro lado, no caso de Matão, é possível perguntar quais são os desafios que se apresentam aos mesmos, quando tantos saem da vida cotidiana.

Percebemos que mesmo os migrantes – cotidianamente a ideia de migração é associada apenas aos homens, pois, contando as histórias, os moradores citam como protagonistas das viagens apenas os homens, sendo que as mulheres que os acompanharam não são recuperadas automaticamente na memória – que não voltam a Matão são pensados como parte da história dessa localidade e comunidade. Os seus moradores guardam esse vínculo – a pessoa e o trecho dessa terra – na memória. Por outro lado, esse que migrou, ao chegar ao seu novo destino vai procurar morar perto de outros que vieram da mesma região; vai também alimentar esse vínculo, telefonando nos fins de semana, dando as notícias dos que não podem ligar para suas famílias e passando para estes as notícias que receberam de sua terra natal; acolhendo os que hoje querem ainda sair de Matão<sup>12</sup>. No exercício da pesquisa e no cuidado da escuta, demos conta de que embora se refiram aos homens que migraram, que estão vivendo e trabalhando fora, alguns destes foram acompanhados por mulheres (irmãs / primas), que estão experimentando a migração, só que a essas mulheres não se destina um lugar na memória, como também não se vai associar um direito que possa vir a ser mantido e, quem sabe, transmitido aos descendentes. Geralmente as mulheres migrantes acabam se casando fora dos limites de Matão e, portanto, se ligam às famílias de seus maridos. Ainda há a dificuldade de encarar o trabalho de mulheres como

---

12. Nos últimos anos, presenciamos o fenômeno da volta de alguns parentes que foram para o Rio de Janeiro há muitos anos, pessoas que foram embora jovens retornando com suas famílias e construindo suas casas nos limites de Matão.

importante, sendo, muitas vezes, visto como apenas complementar ao trabalho do homem.

## **Homens, mulheres e o trabalho na capital**

Segundo os relatos, a partir da década de 1990, a construção civil, principalmente em João Pessoa, capital do estado, se consolida como alternativa viável de trabalho e renda. Com esse processo, ocorrem algumas transformações essenciais nas relações cotidianas que envolvem os moradores de Matão. Durante nossas pesquisas, sempre encontramos referências ao trabalho na construção civil, tendo em vista que a maioria dos homens exerce esse tipo de trabalho. Trabalhar em João Pessoa é, para muitos, uma melhoria nas condições de vida, pois permite que todos os finais de semana, ou a cada quinze dias, os trabalhadores estejam em casa e participem mais ativamente do cotidiano da comunidade.

É importante para o homem sair para trabalhar, pois assim demonstra sua capacidade e vontade de prover sua família. Tendo em vista que o trabalho na agricultura não oferece condições de manutenção familiar, há uma valorização dos homens de “coragem”, trabalhadores, que se propõem a enfrentar os desafios e desconfortos de viver longe de sua casa para proporcionar o sustento dos seus. Por outro lado, as mulheres também saem para trabalhar, geralmente as moças solteiras que se empregam como domésticas na cidade de João Pessoa. Para as mulheres casadas, a possibilidade de ficar fora de casa, fora da comunidade é quase nula, a prioridade destas precisa ser a casa, os trabalhos que venham a realizar não devem comprometer a presença no ambiente doméstico.

Contudo o trabalho exercido pelos homens também traz represen-

tações negativas: nos discursos, destacam insegurança e medo que enfrentam diariamente e, mesmo acostumando-se com essa realidade, ainda lhes incomoda a falta de segurança do ambiente.

Lá, nós, às vezes, pega muito serviço que é muito perigoso, de risco, mas fazer o quê? A precisão obriga a gente a fazer esse tipo de coisa. Porque você chega numa obra e *tá* em fase de uma fundação, *tá* trabalhando em área de risco. [...] Você vai trabalhar *atrezado*, é área de risco. (Rafael, 46 anos).

Apesar da dificuldade da agricultura e das representações recorrentes de que o trabalho agrícola é árduo e penoso, é comum a todos afirmar que o trabalho na terra é digno e oferece ao homem condições de reprodução a partir de valores que são culturalmente criados e reproduzidos cotidianamente. Especialmente se esse trabalho for realizado mantendo certo grau de autonomia do trabalhador, sem a necessidade de se assalariar. Seriam, portanto, os valores do trabalho familiar; do cuidado com a terra e a transmissão desses saberes dos pais para os filhos enquanto processo de educação e socialização; da valorização do conhecimento tradicional sobre plantio e criação de animais e plantas medicinais. Em contrapartida, avalia-se também, em relação ao trabalho na agricultura, tendo em vista as condições sob as quais se realiza e o modelo que incorpora, como não sendo uma opção que ofereça retorno financeiro suficiente. (SOUZA, 2009, 2012).

É fácil reconhecer as casas de moradores que trabalham na construção civil: são as mais novas, possuem benfeitorias, são feitas reformas (piso de cerâmica, forro de gesso, grades de ferro). Seus salários permitem a construção de um padrão de consumo que com a agricultura não era possível. Mas é também através de seu trabalho na construção civil que conseguem reproduzir um padrão agrícola através do

investimento na compra de bois, aluguel da terra para o “roçado” e na produção de alimentos para o consumo da família, o que significa que o fato de ganhar mais dinheiro não implica o desapego ao lugar e aos valores a partir dos quais se constroem e se pensam.

Contudo, não é de forma harmoniosa que se dá a relação entre morar nos dias de semana em João Pessoa e nos fins de semana em Matão. Os trabalhadores se ressentem da necessidade de submissão a condições de trabalho degradantes, mas há ainda outras situações que são motivos de reclamação. Os homens citavam o cansaço de passar a semana dormindo e se alimentando mal, pois as condições de vida eram precárias. Além do fato de serem vítimas de preconceito, pois, trabalhando em áreas nobres da cidade, eram orientados a não circular nos finais de semana, para não perturbarem os moradores da região, mesmo que precisassem ficar na cidade no fim de semana. Os moradores se sentiam incomodados com a presença de tantos homens pobres e negros ao seu redor e faziam queixas aos responsáveis pela obra.

Ao observarmos os padrões de valores, como a honra no cotidiano de Matão (SOUZA, 2012), percebemos representações sobre o trabalho fora da comunidade. Se, por um lado, como chama a atenção Pierre Bourdieu (1998), em suas análises sobre a Cabília, a honra masculina, nesse mundo, se dá pela vida pública, pela necessidade de aparecer diante das pessoas, em Matão verificamos que os valores subjetivos como a honra são representados pelo fato do morador trabalhar fora, “ganhar” o mundo para a manutenção de sua família. Diante de uma situação trágica na comunidade, a morte de um menino, as representações sociais sobre os papéis de homens e mulheres, maridos e esposas, mães e pais se desvelaram ao nosso olhar, pois ressaltaram a figura do pai, que, na hora da morte, estava na cidade

de João Pessoa trabalhando, e a mãe, que estava cumprindo seu papel de cuidadora dos filhos:

Todos que contaram a história faziam questão de dizer que o pai de Vitor estava em João Pessoa, demonstrando claramente a posição masculina do “bom dono de casa”, bom marido, que resolve as coisas, realiza, como diz Bourdieu (1998) as atividades públicas, sua honra estando ligada à publicidade. Demonstra também a importância da “coragem”, de não ser preguiçoso, não passar o dia todo dentro de casa. (SOUZA, 2012, p. 107).

No entanto, essa visibilidade da condição masculina causa certos desconfortos, pois, ao estar longe, o pai ou o marido perde o controle sobre o que se passa em sua casa, podendo ser que, ao não saber o que todos os membros da família estão fazendo, ou pelo fato de não exercer a vigilância direta sobre seus filhos, filhas e esposas, os mesmos possam expô-lo à desonra.

A honra da mulher é a casa, o ambiente privado (o *haram*, como afirma Bourdieu). Nesse contexto, mesmo que uma mulher trabalhe fora, suas obrigações principais são com sua casa, marido e filhos. Mas ela pode, através de atitudes desrespeitosas, de comportamentos impróprios, atrair desonra sobre si e sobre os homens de sua família. Há conflitos, embora não tão explícitos, sobre o comportamento sexual dos homens quando estão fora de casa, ou seja, no trabalho em João Pessoa. A existência de mulheres e filhos fora dos casamentos é sussurrada nas conversas e motivo de brigas e intrigas entre as pessoas.

Trabalhar em empresas oferece outro problema: o encarregado. Ser mandado por outro trabalhador como ele lhes causa grande desconforto. Revelam o desconforto de receberem ordens diretas de pessoas que são “iguais” a eles ou ainda de pessoas mais novas (no caso dos mais velhos). É comum entre eles a não permanência durante

muito tempo na mesma empresa, ou seja, verifica-se uma grande rotatividade entre os trabalhadores moradores de Matão. Geralmente pedem demissão, o dinheiro recebido é usado para pagar dívidas, comprar bois ou fazer reformas na casa. A maioria dos trabalhadores afirma que não é bom trabalhar muito tempo em uma mesma empresa. O trabalho na construção civil não é encarado como um meio para ganhar dinheiro, a vida não implica a carreira construída a partir deste tipo de trabalho. A presença e permanência na comunidade, a oportunidade de continuar vivendo nesta sua terra, que é seu lugar no mundo, são elementos mais importantes e justificam os esforços de sair e trabalhar fora.

Entre os mais jovens que trabalham na construção civil há ainda os padrões aprendidos na cidade que não se encaixam com os do grupo. Esses padrões configuram uma espécie de choque cultural, pois não se harmonizam com suas estadias em casa nos fins de semana, e se referem, especialmente, às questões sexuais. É o exemplo de casamentos que não são legitimados pelo grupo e de “afastamento” de filhos que simplesmente não se conformam mais com os padrões de casa.

No caso das mulheres, o trabalho de empregadas domésticas é cheio de representações controversas. De um lado, a necessidade, de outro, a ambiguidade de uma condição que nem sempre é valorizada e respeitada. Indica a fragilidade da família em prover as necessidades, mas representa uma situação transitória que se encerrará com o casamento ou com um emprego novo e também desafios à manutenção de padrões de sociabilidade tradicionais.

Salvaro, Lago e Wolf (2014) conduzem uma pesquisa com mulheres líderes de movimentos sociais e ressaltam que a voz ativa das mulheres questiona os códigos tradicionalmente construídos e reproduzidos, o que gera conflitos. Essa voz ativa pode ser pensada também

como a emancipação econômica. Como dito anteriormente sobre a honra, há uma valorização do comportamento da mulher voltado para dentro de casa. Ao sair para trabalhar fora, diminui a possibilidade de vigilância dos pais sobre esse comportamento, o que nem sempre é visto com muita tranquilidade.

## Considerações Finais

É importante atentar para a heterogeneidade e pluralidade dos deslocamentos protagonizados pelas pessoas que moram em Matão. Cada tipo de relação de trabalho e moradia construída fora de Matão traz representações distintas para quem protagonizou e para os familiares que ficam ou que o acompanham. Sejam essas viagens para o estado de Pernambuco, para cortar cana-de-açúcar, para o Rio de Janeiro ou para João Pessoa, cada uma está presente na memória e no imaginário dos moradores de Matão.

O trabalho em João Pessoa é hoje a alternativa mais comum para os homens solteiros e casados que desejam uma melhoria no padrão de vida. Para as mulheres, é também uma opção apenas para as solteiras, contudo mais controversa. Pois não é sem conflito que os moradores de Matão desenvolvem essas distintas relações de trabalho. Esses trabalhos, muitas vezes, se chocam com seu modo tradicional de encarar o mundo e que demanda mais que esforço físico, exige uma adaptação dos valores reproduzidos no espaço urbano com os valores reproduzidos no local de origem, ou seja, no espaço rural, onde costumam passar os finais de semana.

Trabalhar na cidade permite a reprodução da vida, aumento do padrão de consumo, pode representar também a manutenção da atividade agrícola, pois o dinheiro que vem desse trabalho permite a

compra de materiais necessários ao incremento da produção, além da compra de gado. Permite também o contato e a manutenção de uma rede de parentesco com os parentes que migraram há anos, e isso reafirma laços de sociabilidade e solidariedade. Mas também trabalhar na cidade pode trazer conflitos para o cotidiano, a espacialidade e a sociabilidade na cidade são diferentes, as relações de trabalho estão pautadas em valores distintos. Namoros são citados abertamente ou em conversas mais privadas como algo a ser temido, pois não há como manter o controle e a vigilância quando não ocorrem nos limites da comunidade.

Por fim, é preciso ressaltar que Matão sempre manteve um relacionamento constante e variado com as cidades – vizinhas ou mais distantes. Há a feira todos os sábados, na qual eles fazem compras e algumas vezes comercializam parte da produção; as escolas, nas quais estudam os jovens após saírem dos primeiros anos escolares na comunidade; as universidades, alguns jovens cursam o Ensino Superior; e as relações de trabalho. Há também as reuniões, encontros e congressos do movimento quilombola que demandam a presença dos representantes da comunidade. Essas relações, sempre presentes, não acontecem sempre sem conflitos, mas são essenciais para pensar os contornos da comunidade e, inclusive, para perceber a construção de um sentimento de pertença e, posteriormente, a luta e reivindicação do território quilombola.

## Referências

ALMEIDA, Alfredo W. B. *Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. 2ed. Manaus: PGCSA-UFAM, 2008.

ARAÚJO, Eulália Bezerra; BATISTA, Mércia R. R. Quilombos na Paraíba:



notas sobre a emergência de uma comunidade quilombola. *Revista Ariús*, v. 14, n. 1/2, Campina Grande, 2008.

BARTH, Fredrick. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade* – seguido de Os grupos étnicos e suas fronteiras, de Fredrik Barth. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

BATISTA, Mércia Rejane Rangel. E tinha uma índia pura no começo da família: exercício etnográfico em torno de categorias identitárias em algumas comunidades quilombolas na Paraíba. *Raízes*, v. 31, n. 2, jul-dez / 2011.

BOURDIEU, Pierre. O sentimento da honra na sociedade Cabília. In: PERISTIANY, J. G. *Honra e vergonha: valores das sociedades mediterrânicas*. 2 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1998.

CAVALCANTI, M. H. P. *et al.* *Uma história do Ingá*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1993.

CLIFFORD, James. Prácticas espaciales: el trabajo de campo, el viaje y la disciplina de la antropología. In: *Itinerarios Transculturales*. Barcelona: Gedisa Editorial. 1997.

DURHAN, Eunice R. *A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.

ESTERCI, Neide. *Migrações e migrantes: uma nova versão*. Textos para discussão nº 4. Mestrado em Ciências Sociais/UFRJ, 1985.

GARCIA JÚNIOR, Afrânio Raul. *O sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1989.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. *Os negros do Matão: etnicidade e territorialidade*. Campina Grande: EDUFPG, 2011.

LIRA, Gitana Maria Figueirêdo. *O homem ou o boi: o roçado ou o capim*. Dissertação de Mestrado – UFPB. Campina Grande, 1983.

MENEZES, Marilda Aparecida. *Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: um estudo de famílias de camponeses-migrantes*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; João Pessoa: EDUFPG, 2002.

O'DWYER, Eliane Cantarino. Os quilombos e a prática profissional dos antropólogos. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (org.). *Quilombos: identi-*

dade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

\_\_\_\_\_. Terras de quilombo no Brasil: direitos territoriais em construção. *Revista Ariús*. Campina Grande, v. 14, n. 1/2, 2008.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana – estudos de antropologia social*. PPGAS/MN/UFRJ, 4/1, 1998.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

\_\_\_\_\_. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, nº 10, 1992.

SALES, Teresa. *Agreste, Agrestes: transformações recentes na agricultura nordestina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Editora Brasileira de Ciências, 1982.

SALVARO, G.; LAGO, M.; WOLFF, C. Limites e possibilidades da militância política em um movimento social rural de mulheres. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 2014.

SIGAUD, Lygia. Armadilhas da honra e do perdão: usos sociais do direito na mata pernambucana. *Mana*, n. 10, 2004.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Contribuições metodológicas para a análise das migrações. In: DEMARTINI, Zélia de Brito Fabri; TRUZZI, Oswaldo Mário Serra (Orgs). *Estudos migratórios: perspectivas metodológicas*. São Carlos: EdUFSCar, 2005.

SOUZA, Vanessa Emanuelle. “Tomar destino” para a terra do trabalho ou ficar no destino da terra sem trabalho: um exercício etnográfico acerca das migrações e seus impactos na comunidade quilombola do Matão – PB. Monografia de conclusão de curso em Ciências Sociais. Universidade Federal de Campina Grande, 2009.

\_\_\_\_\_. *Honra, migração e memória em Matão – PB*. Dissertação de Mestrado – UFCG. Campina Grande, 2012.

\_\_\_\_\_. Trabalho, migração e identidade no quilombo do Matão (PB). In: MENEZES, Marilda A.; GODOI, Emilia Pietrafesa de. (Orgs.). *Uma terra para se viver: assentados, colonos e quilombolas*. São Paulo: Annablume; Brasília: CNPq, 2013.

WOORTMANN, Klaas. “Com parente não se neguceia”: o campesinato enquanto ordem moral. In: *Anuário Antropológico 87*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro; Brasília, Editora da UnB, 1990.

WOORTMANN, Ellen F. *Herdeiros, compadres e nomes: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste*. São Paulo: Hucitec; Brasília: Edunb, 1995.

**Resumo:**

O presente artigo busca analisar os modos pelos quais os moradores do Quilombo Matão (Paraíba) vêm experimentando situações ligadas ao processo de migração e os desafios para a manutenção e reprodução no lugar. Para tal, debruçamo-nos sobre as suas diferentes relações de trabalho com seus vizinhos e as cidades, relações que foram mudando e se tornando essenciais para a sobrevivência do grupo e permanência das pessoas no lugar. Em certa medida, é possível apresentar e discutir as relações entre esses processos históricos e as situações experimentadas pelo grupo, inclusive na condição de membro de uma comunidade rural negra e, posteriormente, ressignificados em membros de um quilombo. Assim como a percepção de que a permanência nesta terra, em muitos momentos, só se tornou possível através dos processos de deslocamento que garantiram, aos que ficaram, o acesso à terra.

**Palavras-chave:** Quilombo; Trabalho; Migração; Memória; Família.

**Abstract:**

The present article aims to analyze the ways in which the residents of Quilombo Matão, in the state of Paraíba, have been experiencing situations related to the migration process and the challenges for maintenance and reproduction in such place. With that in mind, we focus on their different working relations with their neighbors and cities, relations that have been changing and becoming essential for the survival of the group and the permanence of these people at the same place. To a certain extent, it is possible to present and discuss a relation between these historical processes and the situations experienced by the group, including as members of a black rural community and, subsequently, re-signified as members of a quilombo. As well as the perception that the permanence in this land, in many moments, only became possible through the processes of displacement that guaranteed, to those who remained, access to the land.

**Keywords:** Quilombo; Work; Migration; Memory; Family.

Recebido para publicação em 24/04/2018.

Aceito em 21/06/2018.